



## O PROFISSIONAL DE LIBRAS E A MEDIAÇÃO NA SALA DE AULA

Lorena Carla da Silva Souto<sup>1</sup>

Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como temática a atuação do profissional de LIBRAS na mediação com aluno surdo na sala de aula. O objetivo geral foi analisar de que maneira o profissional de LIBRAS promove a mediação na sala de aula, buscando definir como acontece a mediação e as relações no processo de inclusão da criança surda, bem como identificar o papel do intérprete de LIBRAS em sala de aula quanto às estratégias de mediação e analisar a formação e a atuação do profissional de LIBRAS em sala de aula. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, por meio de análises bibliográficas e pesquisa de campo com coleta de dados com entrevista junto a uma profissional da área de LIBRAS que atua em repartição educacional como tradutor/intérprete. Ficou evidente que a mediação da aprendizagem do aluno surdo só acontecerá com o profissional tradutor/intérprete de LIBRAS na sala de aula, transpondo conteúdos e fazendo as adaptações dos materiais em LIBRAS, pois o surdo tem sua própria língua, a qual é composta por outros elementos como a bagagem cultural, social e emocional, os quais devem ser considerados para o desenvolvimento integral deste aluno.

### PALAVRAS-CHAVE:

LIBRAS. Tradutor-intérprete. Aluno surdo. Mediação.

### INTRODUÇÃO

Quando tratamos da realidade da surdez, precisamos entender que a aceitação desta condição passou por um período de conturbações até que conseguiu ser reconhecida. Autores como Aranha (1995) e Dalcin (2009), expõem que na antiguidade pessoas com surdez eram tratadas como subumanos, banidos do convívio social, e que na Idade Média com a queda da hegemonia da igreja católica, o cuidado com as pessoas com deficiência passou a ser visto com uma postura assistencial de caridade e tolerância, não se falava de direitos e ainda eram considerados retardados. Com a Idade Moderna, surgiram os asilos e hospitais psiquiátricos, com objetivo não de cuidar, mas sim, segregar. Além disso, segundo Pessotti (1984 apud ARANHA, 1995), o surdo era como um doente e deveria ser tratado com médicos; os especialistas faziam testes para descobrir a causa da doença, e proporcionar ao surdo a “fala”, colocando cargas elétricas

---

<sup>1</sup> Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa



sanguessugas para provocarem sangramento, até mesmo furando as membranas timpânicas, etc. Além destes aspectos também havia o comum abandono de crianças deficientes (ARANHA, 1995, p.65).

O primeiro surdo a ser ensinado foi em 700 d.c, por John Beverley; e assim em 1453, iniciaram-se as pesquisas na Idade Moderna relacionadas ao ensino do surdo. Em 1760, o educador francês Charles Michel de L'Épée, considerado pai dos surdos, criou a primeira escola para Surdos na cidade de Paris, havia discussões quanto aos métodos, pois alguns queriam a oralização, outros a comunicação total e tinham aqueles que pensavam apenas na educação dos filhos dos nobres, como se só estes pudessem ter direitos.

No Brasil, a educação de surdos iniciou na época do imperador D' Pedro II, pois, tendo um genro surdo, fez investimentos trazendo ao Brasil o professor Hernest Huet, que era surdo. Assim em 1857 foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); em 1880 aconteceu o congresso de Milão influenciando não apenas o Brasil, mas também os demais países, a criação de leis que ensinassem os surdos a oralizar, no INES eram os professores surdos que ministravam as aulas, mas retiraram os professores surdos e colocaram ouvintes, os alunos surdos sentavam nas mãos e só podiam ler lábios, se comunicando por meio da oralização. Na década de 70, chega ao Brasil a Comunicação Total, que segundo Marques (2017), seria uma forma mista de se comunicar, por meio de gestos, oralidade, leitura labial e outras maneiras que promovesse o entendimento ao surdo. Em 80 iniciaram-se as discussões a respeito do Bilinguismo, sendo que em 1994, passa-se a utilizar a abreviação LIBRAS que, com a implementação da Lei Nº 10.436/02 e o Decreto de lei nº 5.626/05, se tornou oficialmente a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, um meio legal de comunicação da pessoa com surdez.

O tema deste trabalho é de interesse pessoal da pesquisadora pelo fato do convívio próximo a uma colega surda na sala de aula e sua intérprete no percurso da escolaridade. Além dos surdos de nascença, percebemos crianças, jovens, adultos ou idosos, que por algum motivo foram perdendo a audição e precisam de um tradutor/intérprete de LIBRAS para ensinar-lhes sobre esta possibilidade de comunicação. Portanto, este é um tema atual e que merece pesquisa e investigação.

Diante destes desafios, o objetivo geral deste trabalho foi analisar de que maneira o profissional de LIBRAS pode promover a mediação na sala de aula. O primeiro tópico buscou definir a mediação e as relações no processo de inclusão da criança surda; o segundo tópico visou identificar o papel do intérprete de LIBRAS em sala de aula a partir





de estratégias de mediação e no terceiro tópico buscamos analisar a formação e a atuação do profissional de LIBRAS para atuação em sala de aula.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio da investigação bibliográfica a partir de análises de autores, bem como uma pesquisa de campo por meio de coleta de dados com entrevista junto a uma profissional da área de LIBRAS que atua como tradutor/intérprete.

## 1. A MEDIAÇÃO E AS RELAÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA

A inclusão da criança surda levou tempo até que ela foi concebida como ser pensante e criativo. Tais fatores repercutiram nas questões do ensino-aprendizagem, e neste sentido, torna-se necessária a existência de profissionais aptos para atuar na mediação do aluno surdo na sala de aula. Após vários questionamentos para mudar as concepções de segregação e integração, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) teve avanço no que diz respeito a reduzir a discriminação, além da Lei de Diretrizes e Base - LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e a declaração de Salamanca citada por Santos e Teles (2012), a qual foi resultado de um evento mundial no ano de 1994 na Espanha.

Os processos para educação das crianças surdas iniciaram-se mais especificamente a partir Lei Nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) a qual passou a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio legal de comunicação para o aluno surdo. Ao mediar o ensino do aluno surdo, os professores precisam compreender as diferenças, valorizando e respeitando as conquistas pessoais de cada um, as quais refletem na vida social (MARQUES,2017).

Marques (2017) afirma que:

Com esse olhar para educação inclusiva, mas, precisamente para educação de surdos, resulta em uma nova concepção sobre o papel do professor através de mecanismos que auxiliem no processo ensino-aprendizagem, promover a socialização e interação do conhecimento no ambiente escolar (MARQUES, 2017, p.5).

Portanto, é necessário que o professor entenda as necessidades da criança surda e faça uso de recursos e metodologias que o auxiliem neste processo.

A inclusão do aluno surdo não acontece apenas colocando-o na sala de aula, mas sim, oferecendo condições de aprendizagem para o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo. Isso acontece por meio da interação professor-aluno, aluno-aluno e os demais da





equipe escolar, buscando técnicas para a aprendizagem do aluno surdo, pois a maneira como este aprende não é a mesma do ouvinte (MAGALHÃES, 2013).

Para Oliveira (2012):

[...] somente haverá progressos na educação inclusiva para surdos se houver a compreensão, colaboração e empenho de todos os setores da sociedade, desde as escolas com os profissionais da educação, com as famílias dos surdos, e com o Ministério da Educação, que deve investir em cursos de capacitação dos professores no contexto de Inclusão, elaborando materiais didáticos adaptados em língua de sinais, apoiando e incentivando a abertura de cursos de licenciatura e bacharel em letras LIBRAS em mais universidades e faculdades; também valorizar e incentivar os profissionais da Educação e os futuros profissionais melhorando inclusive o plano de carreira. (OLIVEIRA, 2012, p. 13)

Marilene e Meyer (2016) vêm ao encontro do que afirmam acima Marques (2017) e Oliveira (2012) sobre como a inclusão de alunos surdos ainda gera muitos conflitos, pois esta exige uma série de processo que permeiam adaptações curriculares, materiais visuais em LIBRAS, intérpretes e profissionais que lidam com estas crianças com real interesse em conhecer e aprender LIBRAS.

Um dos principais processos que envolve a aprendizagem como um todo é a mediação. Marcos Meyer (2016), afirma que “mediação é a interação que o professor desenvolve com o aluno, a fim de desenvolver as habilidades cognitivas e dar autonomia ao estudante”. Portanto, para além de passar o conteúdo, a meta da mediação é também ajudar o aluno a desenvolver a autonomia.

Segundo Quadros (2007), aqueles que tentam ensinar o aluno surdo, como ensina os ouvintes, levam o aluno ao fracasso, afinal essa mediação é que poderá auxiliar significativamente para a aprendizagem e quem a promove no caso das crianças surdas, é o intérprete de LIBRAS para que possa ter sucesso na aprendizagem.

Em consonância com as premissas de Quadros (2007), Goldfeld (2002) afirma que a aprendizagem da criança surda engloba não apenas ela, mas também seus interlocutores, pois ela está inserida em uma cultura que a leva a conviver em sociedade. Desta forma os profissionais que lidam com as crianças surdas, seja o pedagogo ou o intérprete de LIBRAS, devem pensar nas relações que este indivíduo possui e não considerar apenas o método educacional, mas, considerar sua bagagem cultural e toda a sua história.

Percebemos que a educação de alunos surdos não deve ser pensada apenas com a contratação de um intérprete de LIBRAS, pois, este ensino vai além disto. Os professores devem se preocupar em se especializar na área da inclusão ou até mesmo





uma formação em LIBRAS, porque o ensino surdo, acontece de maneira diferente, exigindo novas metodologias de ensino, atividades inclusivas, espaço preparado e adaptado com informações em LIBRAS, para receber uma criança nesta condição. Neste sentido, prosseguimos refletindo um pouco mais sobre a sala de aula.

## 2. O INTÉRPRETE DE LIBRAS E O SEU PAPEL EM SALA DE AULA: ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO.

O intérprete de LIBRAS na sala de aula estabelece uma relação de ponte, mediando a comunicação entre duas pessoas ou mais. Para que isso aconteça, o intérprete precisa de um vasto conhecimento, pois, irá transitar entre duas línguas: a oral auditiva e a visual espacial. Na instituição de ensino é preciso que o intérprete estude o tema da aula para melhor passar o conteúdo ao aluno surdo (MAGALHÃES, 2013)

Felomeno, Fernandes e Murta (2016), dizem respeito à parceria que o professor regente deve estabelecer com o intérprete de LIBRAS na sala de aula, expondo que:

A razão desse trabalho em conjunto se dá pelo fato de o intérprete ter maior conhecimento acerca do universo do sujeito surdo, sendo assim, é desejável que o intérprete tenha acesso ao conteúdo programático antes, para que ele possa ter uma tradução melhor, sem que os papéis se confundam e não haja conflitos. (FELOMENO; FERNANDES; MURTA, 2016, p. 6-7)

Em consonância, Magalhães (2013) menciona que o intérprete é quem concebe a língua ao surdo, e seu principal papel é de tradutor, ou seja, passar todo o conteúdo não inferindo na fala do professor regente, ou de qualquer pessoa que está falando. Em contrapartida à fala de Magalhães, Marques (2017), diz que o intérprete não é apenas um tradutor, mas sim, alguém que interage com o surdo, entende seu contexto e o respeita diante das suas dificuldades.

Neste sentido, Oliveira (2012), afirma:

O intérprete educacional deve estar sempre estudando e se atualizando para obter uma boa interpretação nas aulas e nas diferentes disciplinas, pois há muitos termos específicos dentro das disciplinas de biologia, química, física, filosofia que não têm sinais nas LIBRAS, e, para o intérprete, conhecendo seus significados, torna-se mais fácil explicar para os alunos surdos a forma de combinarem um sinal entre si para estes termos. (OLIVEIRA, 2012, p. 7-8)

Neste contexto, ao passar as informações do conteúdo ao surdo, no ato cognitivo linguístico, o intérprete não pode modificar o objeto e o produto, sendo este um enorme desafio, pois ao receber a informação na língua fonte, tem que fazer alterações na língua alvo, para que a informação passada possa ser assimilada (QUADROS, 2007).





Marques (2017) estabelece a importância de atividades com produções textuais sinalizadas com temas contemporâneos que leve o aluno ao interesse pela atividade. Além disso, Oliveira (2012, p.9), destaca que “os professores devem visualizar seus alunos, respeitando suas necessidades e dificuldades, valorizando sua forma de agir, pensar e de resolver problemas”. Naturalmente o intérprete de LIBRAS terá significativa participação nestes aspectos, pois, nada será possível sem que este esteja dentro da sala de aula.

Portanto, a mediação do intérprete com o surdo na sala de aula proporciona a confiança, e leva o aluno ao próprio cotidiano inspirando-o muito na aprendizagem. No caso da criança na Educação Infantil e na primeira fase do Ensino Fundamental, é necessário trabalhar o alfabeto em LIBRAS, nomes de profissionais da escola, os números, objetos que utiliza no dia-a-dia, cumprimentos com os colegas e os profissionais da instituição, instigando envolvimento com a comunidade escolar, que demonstra ao surdo que ele está sendo incluso neste contexto educacional (MARILENE; MEYER, 2016).

Uma estratégia de grande valor é a reformulação do Plano Municipal da cidade, que deve ser formulado por cada município, bem como o Plano Político Pedagógico (PPP) de cada escola, para então haver preparo no corpo docente da instituição inovando as metodologias, conteúdos e diversas atividades voltadas para o ensino do surdo. Todavia, é o intérprete no ambiente escolar que de fato contribuirá para que estes alunos possam se desenvolver de forma significativa (MAGALHÃES, 2013).

### **3. A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE LIBRAS EM SALA DE AULA**

A linguagem é um termo amplo, mas sendo formada pela língua e pela fala, envolve o significado das coisas. A língua é vista como um sistema de regras abstratas que é composta por elementos significativos inter-relacionados, e é também, um aspecto social da linguagem, pois é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade; já a fala é um aspecto individual de cada ser humano (GOLDFELD, 2002).

Goldfeld (2002), afirma que a linguagem nasce com o sujeito e expõem que:

É pela linguagem que se constitui o pensamento do indivíduo. Assim a linguagem está sempre presente no sujeito, mesmo nos momentos em que este não está se comunicando com outras pessoas. A linguagem constitui o sujeito, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio. (GOLDFELD, 2002, p. 18-19)

Considerar a linguagem no âmbito do surdo, também requer a compreensão destes elementos. A lei nº 10.436/02 é o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais,





como meio legal de comunicação e expressão do surdo. Já o Decreto de lei nº 5.626/05 regulamenta que o surdo tem o direito de ter um profissional habilitado com formação e certificação como professor, instrutor, tradutor/intérprete de LIBRAS no ambiente escolar (MARQUES, 2017).

Oliveira (2012), expõe sobre a garantia de profissionalização do intérprete, citando o CAS - Centro de Atendimento do Surdo, onde acontece a capacitação de profissionais da educação, incluindo o AEE- Atendimento Educacional Especializado.

No aprofundamento das discussões, a presente pesquisa se propôs a uma investigação por meio de entrevista, a qual foi realizada com uma intérprete de LIBRAS que atua na formação de profissionais no CAS em Goiânia - GO. As respostas às perguntas feitas a ela serão aqui analisadas a partir dos autores que fazem parte destas reflexões, mas manteremos preservada a sua identidade, de acordo com as normas da ética em pesquisa.

A primeira pergunta foi: qual o papel do intérprete de LIBRAS na sala de aula? A entrevistada respondeu: *“Mediar toda a comunicação que envolva o aluno surdo, trabalhar pela autonomia dele e adaptar as atividades fazendo a tradução de todo o conteúdo para a LIBRAS”*.

Percebemos nesta resposta que, na opinião da formadora, o papel do intérprete de LIBRAS, passa pelas ações no caminho de facilitar o ensino-aprendizagem para a criança surda. Segundo Magalhães (2013), este, na sala de aula, estabelece uma relação de ponte, mediando a comunicação entre duas pessoas ou mais, e, é preciso que o intérprete estude o tema da aula para ambientar a linguagem ao aluno surdo, incentivando a autonomia do mesmo.

A segunda pergunta foi sobre como o intérprete de LIBRAS, interage com o professor regente na formação da criança surda. Segue a resposta: *“O intérprete educacional precisa ser parceiro do professor regente no processo de ensino-aprendizagem para que os alunos surdos tenham êxito na aquisição dos conteúdos e seja formado para a vida. Como ele tem o domínio da língua e conhece como o aluno surdo aprende, pode dar dicas e sugestões nas estratégias que os professores precisam utilizar para alcançar esses alunos com surdez usuáries da LIBRAS”*.

Entendemos que nesta resposta o intérprete interage na sala não apenas buscando formação para autonomia do aluno surdo, mas também age em conjunto na promoção de dicas e estratégias com o professor regente. Segundo Felomeno, Fernandes e Murta (2016) tal relação deveria acontecer de forma natural pelo fato de o intérprete ter





maior conhecimento a respeito do universo do surdo, mas que, a partir disso, é necessário que ele tenha acesso aos conteúdos e ajude a pensar sobre adaptações para melhor desenvolvimento do aluno surdo.

A terceira pergunta respondida pela entrevistada foi sobre como o profissional de LIBRAS pode promover a inclusão na sala de aula. Segue a transcrição da resposta: *“Como intérprete de LIBRAS temos a responsabilidade muito grande não só de mediar a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes, professores e demais profissionais envolvidos no ambiente escolar, mas também de conscientizar a todos da importância de aprender a Língua de Sinais – LIBRAS, para tornar o ambiente escolar mais acessível”*. Compreendemos que a resposta se refere à influência que este profissional tem junto aos demais alunos e ao próprio professor no que diz respeito à sensibilidade e acolhimento da criança surda, como um dos itens que contribui para a inclusão.

Oliveira (2012), vem ao encontro da fala da entrevistada dizendo que a inclusão de alunos surdos deve se dar a partir do auxílio do intérprete na mediação da comunicação, mas, também em conscientizar e despertar o interesse nos profissionais da instituição em aprender LIBRAS.

A quarta pergunta foi a respeito das estratégias de ensino, especificamente quais podem ser utilizadas com os alunos surdos: *“O intérprete de LIBRAS não deve assumir a responsabilidade de ensinar nenhuma disciplina, pois essa é a função dos professores regentes, o intérprete pode usar estratégias para ensinar os sinais que o aluno ainda não tiver adquirido”*.

Apesar da entrevistada não ter respondido especificamente ao que foi questionado, a literatura traz alguns exemplos de estratégias para trabalhar com o surdo, como por exemplo Marques (2017), que expõem como as salas multifuncionais, eventos feitos em sinalizações, placas com os sinais nas paredes da sala, produção textual sinalizada com temas atuais, cartas de jogos com as mãos e os sinais, entre outras.

A quinta pergunta foi: Como acontece a formação dos intérpretes para que se tornem capacitados a atuar em sala de aula? Transcrevendo a resposta, a entrevistada afirma: *“Atualmente a Língua de Sinais pode ser aprendida tanto nos cursos de graduação (Letras/LIBRAS tradução) quanto em cursos Livres de LIBRAS, em instituições habilitadas para essa capacitação. Aqui em Goiânia temos o CAS – Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com surdez, que tem dos níveis básicos aos níveis avançados, não deixando é claro que ter uma importância primordial para adquirir a fluência na língua e o contato com a comunidade surda”*.





Quadros (2007), afirma sobre a necessidade da formação inicial do intérprete e acrescenta também que esta formação deve ser constante e contextualizada de acordo com as alterações e aperfeiçoamentos dos sinais que mudam e são alterados e acrescentados pela comunidade surda.

O que podemos perceber na teoria é que LIBRAS é uma disciplina obrigatória, reconhecida por lei, inclusive nos cursos de licenciatura, trazendo na formação a conscientização dos profissionais para educação do aluno surdo. Segundo Felomeno, Fernandes e Murta (2016), ter a LIBRAS como disciplina obrigatória, ao menos desperta consciência dos professores para procurarem uma formação da Língua.

Percebemos que a entrevistada tem o mesmo pensamento do autor, dizendo sobre a importância da formação em Língua Brasileira de Sinais, seja ela, em cursos de graduação ou capacitação, buscando melhorar o ensino aprendizagem do aluno surdo. Mas, na realidade o que notamos é que os professores não se aprofundam na formação em LIBRAS, pelo fato de ter o profissional intérprete. Essa formação fica apenas nos cursos de licenciatura que acontece em 6 meses, com sinais básicos, não levando o professor a pensar que a formação específica em LIBRAS faria a diferença com o aluno surdo. Os professores acabam ensinando os demais alunos, deixando o aluno surdo, sendo de responsabilidade do intérprete.

Para que o intérprete exerça sua formação deve seguir o código de ética, onde estão descritos critérios para o profissional atuar com responsabilidades sobre suas funções.

Segundo Quadros (2007), esses princípios de ética são:

Confiabilidade (sigilo profissional); Imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); Discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); Distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); Fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito); (QUADROS, 2007, p.28)

Contudo, a formação do intérprete, não apenas gira em torno de cursos prévios, mas sim, de cursos específicos na área, bem como cursos de graduação, além dos cursos de proficiência oferecidos pelo CAS. Assim, o profissional de LIBRAS deve sempre procurar cursos de formação continuada, buscando sempre estar atualizando os sinais que são constantemente acrescidos pelas suas regras gramaticais, pois é uma língua natural da comunidade surda. Aquele que é intérprete de Língua Brasileira de Sinais, deve ser respeitoso ao seu código de ética, visando o bom profissionalismo.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da pessoa surda na escola demorou um longo período para acontecer, foi todo um processo social até que as pessoas reconhecessem o surdo como um ser pensante e criativo. Foi a partir da implementação da lei nº 10.436/02 e o decreto 5.626/05, que ficou garantida a comunicação por meio da LIBRAS e a presença do profissional intérprete em sala de aula.

Alguns autores como Magalhães (2013), Marcos Meier (2016), Quadros (2007) e Goldfeld (2002), expõem sobre a inclusão do aluno surdo, que não acontece apenas colocando-o na sala de aula. Mas muitas vezes é isso que ainda acontece no contexto social, a escola apenas concretiza a matrícula do aluno surdo nos moldes da escola regular, sem nenhum conhecimento da língua dos surdos, ou profissionais aptos para atuação de LIBRAS, não contratando o intérprete, deixando a aluno surdo a mero entendimento do conteúdo passado em sala. Esses autores, trazem um olhar sobre o aluno surdo, que não basta apenas estar na escola regular de ensino, mas, precisa ter o intérprete para que possa promover a mediação da sua língua alvo, adaptando estratégias para seu ensino em LIBRAS.

Com intuito de obter maior conhecimento sobre como acontece a mediação do intérprete na sala de aula, fica evidente que é preciso que faça uma formação em LIBRAS para poder atuar nesta área. Mas esta formação não fica apenas nisso, o intérprete deve estar atualizando sinais para promover o ensino do aluno surdo; o que podemos perceber é que muitos profissionais não procuram formação continuada, ensinando só aquilo que sabe, e isso, não é suficiente para o estudante com surdez, pois, acaba deixando seu aprendizado empobrecido.

No alcance dos objetivos deste trabalho, ficou evidente que a mediação da aprendizagem do aluno surdo só acontecerá com o profissional tradutor/intérprete de LIBRAS na sala de aula, transpondo conteúdos e fazendo as adaptações dos materiais em LIBRAS. Para além disso, visando realmente a inclusão, os demais alunos na sala também devem ser despertados a aprender LIBRAS, e nesse sentido, ter um momento semanal específico para isso, seria muito significativo.

Goldfeld (2002) afirma que o surdo tem sua própria língua natural, bem como outros elementos que a constituem. Neste sentido, desconsiderar a bagagem cultural, social e emocional é ruim para o desenvolvimento integral deste aluno. Por isso, durante a





transmissão do conhecimento pelo intérprete, é necessário valorizar os artefatos culturais da comunidade surda, tradições, valores e normas. Todos estes fatores devem ser considerados, facilitando o processo de ensino e aprendizagem, bem como a inserção e atuação na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia, 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>. Acesso em: 19/05/2021

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, regulamentando o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 19 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 26 de outubro de 2011, institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 11/03/2021

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 24/02/2021

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 24/02/2021

DALCIN, Gladis. Psicologia da educação de surdos. Centro de comunicação e expressão-CCE. UFSC. Florianópolis, 2009. Disponível em: [https://www.LIBRAS.ufsc.br/colecaoLetrasLIBRAS/eixoFormacaoPedagogico/psicologia/DaEducacaoDeSurdos/assets/558/TEXTOBASE\\_Psicologia\\_2011.pdf](https://www.LIBRAS.ufsc.br/colecaoLetrasLIBRAS/eixoFormacaoPedagogico/psicologia/DaEducacaoDeSurdos/assets/558/TEXTOBASE_Psicologia_2011.pdf). Acesso em: 19/05/2021

GONÇALVES, Marines Dias. FACHETTI, Charlles. Formação de Profissionais para o uso de LIBRAS. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia, II Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa E Extensão, Bamborriu- Santa Catarina, 09-11 de abril de 2014. Disponível em: <http://eventos.ifc.edu.br/seminariointegrado/wpcontent/uploads/sites/4/2015/03/FORMAÇÃO-DE-PROFISSIONAIS-PARA-O-USO-DE-LIBRAS---UMA-BREVE-REFLEXÃO.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda. Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista. 3.ed. São Paulo: Plexus, 2002.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva. Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098, n. VII, jan-





jun 2013, p. 73-86. Disponível em: <http://periodicos.cesq.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/download/108/147>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

MARQUES, Marcley da Luz. **A Formação do Professor para Educação de Surdos. Educere Formação de Professores: Contextos, Sentidos e Práticas.** In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Anais. IFPB, 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957\\_11835.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf). Acesso em: 19 de agosto de 2020.

MARILENE, Damanovski. MEYER, Vassão Adriane. A Importância da LIBRAS para Inclusão Escolar do Surdo. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor.** Versão online, ed. ISBN; nº 978-85-8015-093-3. Governo do estado de Paraná- secretaria municipal. V. 1, p. 1-25, 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_edespecial\\_unicentro\\_marilenedomanovski.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf). Acesso em: 19 de agosto de 2020.

MEIER, Marcos. **Mediação da aprendizagem.** Imprensa SUPERA. 2016. Disponível em: <https://metodosupera.com.br/especialista-fala-sobre-mediacao-da-aprendizagem/>. Acesso em: 24/02/2021

MURTA, Michelle Andrea. FELOMENO, Thais Alessandra Silva. FERNANDES, Thais Mechler. Ensino da LIBRAS como Instrumento de Inclusão Educacional nos Cursos de Licenciatura: Desafios, Realidades e Necessidades. — **Puc-Minas.** Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/9185/7675>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios da Inclusão dos Surdos e o Intérprete de LIBRAS. **Diálogos e saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012. Disponível em: <http://www.fafiman.br/seer/index.php/dialogosesaberes/article/viewFile/271/263>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** 2.ed. Brasília: MEC, DEESP, 2007.

SANTOS, Alex Reis dos. TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva.** In: 3º Simpósio. Educação e comunicação. Anais. ISSN 2179-4901, ano 2012. Disponível em: <http://www.geces.com.br/simpósio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>. Acesso em: 24/02/2021